

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

15 JUNHO 2019



A expectativa popular na relação de forças que saiu das eleições de 2015 ditou um aumento de mobilização e exigência populares. Essa mobilização pressionou a agenda política e abriu portas a novos avanços em que o Bloco de Esquerda se empenha.

Fruto do impacto das alterações climáticas e da mobilização social, principalmente das duas greves climáticas estudantis, a declaração de emergência climática ganhou centralidade na agenda política. Os parlamentos do Reino Unido e da Irlanda e governos e autarquias da Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, França, Itália, Nova Zelândia, República Checa e Suíça, declararam já a emergência climática. O Bloco de Esquerda propôs no parlamento uma recomendação ao governo português para a declaração do estado de urgência climática, a antecipação das metas de neutralidade carbónica para 2030 e o fecho dos maiores emissores nacionais – centrais termoelétricas de Sines e Pego – até ao final da próxima legislatura. A proposta de recomendação avançou, com a abstenção do CDS e PCP, mas sempre com a oposição do PS. E as medidas de antecipação das metas foram chumbadas, com o PSD a juntar-se ao grupo das abstenções. A concretização do combate às alterações climáticas não é unânime e continuam a faltar as medidas decisivas. O Bloco de Esquerda insiste neste debate e propõe que a Assembleia da República, autonomamente, declare a Emergência Climática.

A luta pelo reconhecimento da habitação como direito, abriu caminho para a aprovação de uma Lei de Bases de Habitação que representa um avanço no reconhecimento deste pilar do Estado Social. O Bloco de Esquerda garantiu a inclusão na Lei de Bases de matérias como a dação em cumprimento, a proteção dos fiadores na transmissão de créditos e a criação de uma estrutura que abra portas a um Serviço Nacional de Habitação. Garantiu-se ainda a inscrição de mecanismos de proteção e acompanhamento no despejo, de penalização do assédio imobiliário, de aprofundamento do direito de preferência – do poder local e dos inquilinos – e de proteção específica a grupos mais vulneráveis. Os avanços ficam, no en-

tanto, muito aquém do necessário. Falta de dotação orçamental para garantia de um parque habitacional público, tendente a convergir com a média europeia, e permanecem mecanismos de financeirização e especulação imobiliária. Falta garantia de resposta aos moradores dos bairros vulneráveis e de autoconstrução e urge travar os despejos e demolições que agudizam fenómenos de exclusão e racismo.

Portugal terá finalmente um Estatuto dos Cuidadores Informais, na sequência de um processo de mobilização dos cuidadores e cuidadoras e com o apoio da intervenção persistente e da iniciativa do Bloco de Esquerda. Foi possível vencer a resistência do Governo e criar um enquadramento para o futuro, que permitirá continuar a luta por tudo o que não foi ainda possível incluir na proposta. Definem-se deveres e direitos, estabelecem-se mecanismos de descanso do cuidador, um novo apoio social e formas de proteção da carreira contributiva. Ficam por reconhecer os cuidados prestados para trás e por fazer as alterações à lei do trabalho que permitissem compatibilizar emprego com prestação informal de cuidados. Muitas destas matérias terão ainda de ser regulamentadas nos próximos meses, pelo que o próximo Governo terá entre mãos uma parte relevante da concretização destes direitos

Ultrapassada a crise artificial com que o governo tentou antecipar o final da legislatura, terminam também alguns dos processos legislativos que o Partido Socialista tentou evitar.

No campo laboral pré-anuncia-se um acordo Bloco Central que perpetua a precariedade; PS alia-se à direita para proteger no parlamento do acordo estabelecido entre o Governo e os patrões no qual, a par das medidas de limitação dos contratos a prazo acordadas com a esquerda, se abrem novas vias de precarização: alargamento dos contratos orais de curta duração, duplicação do período experimental, banco de horas fora da contratação coletiva. Além disso, o PS converge ainda com o PSD e o CDS para manter no Código do Trabalho o essencial das normas da troika: o corte nas férias, no valor das horas extra, o corte no valor das compensações por despedimento,

além da caducidade da contratação coletiva e a não aplicação do tratamento mais favorável ao trabalhador. O Bloco tem intervindo neste processo votando contra todas as normas regressivas e a favor de todas as normas que configurem uma melhoria da lei existente e propondo a destituição da lei laboral. Na votação final, a manterem-se as normas acordadas com os patrões, o Bloco confirmará o voto contra que teve na apreciação inicial da proposta do Governo. Paralelamente, o Bloco insiste na necessidade de convergência sobre a lei do trabalho por turnos, empenhando-se na especialidade para que seja ainda possível reforçar a proteção destes trabalhadores.

O impasse em torno da Lei de Bases da Saúde resulta da proteção do PS aos setores rentistas. Depois de se ter chegado a um acordo com o Governo em torno de uma Nova Lei de Bases da Saúde para reforçar SNS e fazer uma separação clara entre público e privado, o PS decidiu recuar no caminho já feito, de forma a proteger as Parceria Público Privado.

O Bloco de Esquerda quer e lutará por uma Nova Lei de Bases, mas não aceita que ela inclua instrumentos de privatização do SNS. E é isso que as PPP representam. Na última semana, para ultrapassar o impasse e poder aprovar já uma Lei de Bases que permita avanços, o Bloco de Esquerda apresentou uma nova proposta ao PS: que a discussão sobre PPP ficasse para uma próxima legislatura para que se pudesse aprovar agora uma Lei de Bases da Saúde. Infelizmente, pela voz de Carlos César, o Partido Socialista anunciou estar mais interessado em atirar a Lei de Bases para uma outra altura, para poder manter as Parcerias Público Privadas. A inflexibilidade do PS em torno da defesa das PPP pode fazer com que se perca a oportunidade de uma Lei de Bases progressista. Seria incompreensível que o PS deitasse tudo a perder por causa da hipótese de entregar hospitais públicos à gestão do Grupo Mello ou da Luz Saúde.

Consolidando as convergências que, neste debate, foram alcançadas, foi aprovado na generalidade o projeto de lei do Bloco que acaba com as taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e em tudo o que for prescrito por profissionais do SNS. É uma medida importante para os utentes e prova a disponibilidade do Bloco para participar numa política de saúde que construa um SNS público, geral, universal e gratuito. A consagração da alimentação humana como direito humano parece reunir também consenso que, esperamos, se concretizará nos próximos dias.

Entra hoje em vigor a legislação que determina o pagamento de pensões provisórias. O atraso na atribuição das pensões é um dos problemas mais graves com que se confronta o sistema de Segurança Social. Ao mesmo tempo que se está a sofrer ainda o efeito do corte de 40% do pessoal do Centro Nacional de Pensões no período do PSD/CDS, há agora muito mais trabalhadores a requerer pensão ao abrigo dos novos regimes mais favoráveis, como o das muito longas carreiras contributivas, que já abrangeu algumas dezenas de milhares de pessoas. Apesar de já se ter iniciado um concurso de recrutamento de pessoal, ele não está concluído e a resposta aos pedidos de pensão continua a demorar largos meses. O Bloco fez por isso aprovar no Parlamento uma proposta que determina que o Governo deve concluir os procedimentos concursais para reforçar o pessoal do Centro Nacional de Pensões; atribuir uma pensão provisória de velhice, em todas as situações em que o beneficiário já não se encontre a trabalhar - por ter ultrapassado a idade legal, ou porque requereu a pensão ao abrigo do regime de desemprego de longa duração - fazendo-se o acerto retroativo quando o processo de análise estiver concluído; e organizar permanências com técnicos da segurança social em alguns dos países com maior emigração portuguesa para resolver as pendências dos processos de requerimento de pensão.

O Bloco de Esquerda traçou como objetivo para a atual legislatura o reforço dos mecanismos de transparência na gestão pública e de combate à corrupção. Entre as iniciativas apresentadas, prevíamos a exclusividade do mandato dos deputados e o reforço das regras de impedimentos e incompatibilidades. Podemos já concluir que conseguimos avanços com estas propostas, mas ainda não conseguimos todos os nossos objetivos. Foram alcançados avanços nas obrigações declarativas de titulares de altos cargos públicos e cargos políticos, alargando o universo obrigado a essas declarações e centralizando a informação numa só entidade. A obrigação do exercício do mandato de deputado no regime de exclusividade não teve vencimento, e voltaremos a esta proposta no futuro. Contudo, foi possível apertar a malha do desempenho de funções de deputados que sejam advogados e tenham participações sociais em sociedades de advogados. Assim, ficam impedidas de participar em litígios com o Estado sociedades de advogados em que deputados detenham alguma participação social. Até ao final da sessão legislativa

será discutida a criação da Entidade para a Transparência, uma nova entidade a criar debaixo da alçada do Tribunal Constitucional, que garantirá a operacionalização e fiscalização das novas obrigações declarativas. O combate à corrupção e a defesa da transparência ganham novos instrumentos que garantem uma melhoria de qualidade da nossa democracia.

Nas próximas eleições legislativas, o Bloco de Esquerda apresentar-se-á com um programa ambicioso de respostas socialistas para as questões decisivas do país. Esse programa dará voz aos compromissos que o Bloco tem assumido para democratizar a economia, para pagar a dívida interna e investir na igualdade e coesão e para conquistar direitos fortes contra o conservadorismo e o preconceito. E terá como prioridade apresentar soluções concretas que se exigem neste tempo da emergência climática e de transição energética.

A proposta de programa eleitoral, da responsabilidade da Comissão Política, conta com a colaboração de ativistas e especialista independentes e está aberto ao contributo de todos os aderentes do Bloco de Esquerda. O programa do Bloco de Esquerda às legislativas de 2019 será submetido à discussão e aprovação na reunião da Mesa Nacional de 6 de julho.

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda decidiu os primeiros candidatos dos círculos eleitorais de Aveiro, Braga, Europa e Setúbal.